



## *IUM Atualidade*



### *As Relações UE-África*

*Coordenador: Tenente-coronel Marco Cruz*



*Número 25  
Julho 2021*



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR**

## **As Relações UE-África**

Coordenador:  
Tenente-coronel Marco Cruz

Centro de Investigação e Desenvolvimento do IUM

Julho de 2021



A publicação *IUM Atualidade* visa publicar eletronicamente no sítio do IUM, ensaios ou artigos de opinião sobre temas de segurança e defesa da atualidade, assim como trabalhos sobre temáticas pertinentes e de mais-valia para a *práxis* do Instituto, preferencialmente da autoria de docentes do IUM, investigadores do CIDIUM ou de outros investigadores nacionais ou estrangeiros, a convite do Diretor ou por iniciativa própria.

#### **Números publicados:**

1. Intervenção Militar Francesa no Mali – Operação SERVAL (Abril de 2014)  
Tenente-coronel de Infantaria Pedro Ribeiro  
Major de Infantaria António Costa  
Major de Infantaria Hugo Fernandes
2. A Aviação Estratégica Russa (Dezembro de 2014)  
Coronel Técnico de Manutenção de Armamento e Equipamento José Mira
3. A Crise na Ucrânia (Março de 2015)  
Tenente-coronel de Engenharia Leonel Martins (Coord.)  
Tenente-coronel Navegador António Eugénio (Coord.)
4. A Dissuasão Nuclear na Europa Central (Outubro de 2015)  
Coronel Técnico de Manutenção de Armamento e Equipamento José Mira
5. Afeganistão treze anos depois (Fevereiro de 2016)  
Tenente-coronel Técnico de Informática Rui Almeida
6. O Aviador do Futuro: evolução expectável e possíveis contributos da Internet das Coisas (IoT) (Abril de 2016)  
Coronel Piloto-Aviador António Moldão
7. (Versão Portuguesa)  
Regras e Normas de Autor no CIDIUM: Transversais e Específicas das Várias Linhas Editoriais (Julho de 2017)  
Coronel Tirocinado Lúcio Santos  
Major Psicóloga Cristina Fachada
7. (Versão Inglesa)  
CIDIUM Publication Guidelines: General and Specific Guidelines of the IUM (Novembro de 2017)  
Coronel Tirocinado Lúcio Santos  
Major Psicóloga Cristina Fachada
8. Capacidades balísticas no território de Kaliningrado (Dezembro de 2017)  
Coronel Técnico de Manutenção de Armamento e Equipamento José Mira
9. O processo estratégico do poder financeiro internacional para a defesa do interesse nacional (Junho de 2018)  
Professora Doutora Teodora de Castro
10. Armas “proibidas”: O caso dos lasers cegantes (Julho de 2018)  
Coronel (Res) José Carlos Cardoso Mira
11. A “nova” república da Macedónia do norte: significado geopolítico e geoestratégico (Agosto de 2018)  
Tenente-coronel (GNR) Marco António Ferreira da Cruz

12. Mobilidade no espaço da CPLP: Desafios securitários (Setembro de 2018)  
Major de Artilharia Pedro Alexandre Bretes Ferro Amador
13. A crise dos migrantes e refugiados no espaço Europeu. Contributos do instrumento militar (Novembro de 2018)  
Major de Engenharia João Manuel Pinto Correia
14. NATO after the Brussels Summit. An optimistic perspective (Novembro de 2018)  
Tenente-coronel de Infantaria Francisco Proença Garcia
15. John McCain: o militar que serviu a América e deixou um exemplo ao mundo (Dezembro de 2018)  
Major de Artilharia Nuno Miguel dos Santos Rosa Calhaço
7. (2.ª edição, revista e atualizada) Regras e Normas de Autor no IUM (Janeiro de 2019)  
Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada  
Capitão-de-fragata Nuno Miguel Brazuna Ranhola  
Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
16. O poder de Portugal nas relações internacionais (Março de 2019)  
Professor Doutor Armando Marques Guedes (Coord.)  
Tenente-coronel Ricardo Dias da Costa (Coord.)
17. Impactos da impressão 3d num futuro próximo (Junho de 2019)  
Geanne Costa  
Maria Clara de Abreu Rocha e Silva  
Neandro Velloso  
Tenente-coronel Pedro Alexandre Bretes Amador  
Tiago Miguel Felício Dâmaso
7. (3.ª edição, revista e atualizada) Normas de Autor no IUM (Fevereiro de 2020)  
Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada  
Capitão-de-fragata Nuno Miguel Brazuna Ranhola  
Comodoro João Paulo Ramalho Marreiros  
Coronel Tirocinado (Res) Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
18. INF-KILLER: O míssil de cruzeiro russo 9M729 (Junho de 2020)  
Coronel (Res) José Carlos Cardoso Mira
19. United States Space Force: Necessidade militar ou golpe publicitário? (Junho 2020)  
Coronel (Res) José Carlos Cardoso Mira
20. A Europeização da Política (Julho 2020)  
Dr. José Ribeiro e Castro
21. A Resposta Resiliente Europeia à Liderança Atrativa Inteligente Chinesa (Janeiro 2021)  
Capitão (GNR) Adriana Martins
22. A ISAF e a NATO 13 Anos de Operações no Afeganistão: Uma Análise por Funções Conjuntas (Fevereiro 2021)  
Coronel Tirocinado António José Pardal dos Santos (Coord.)  
Tenente-coronel Ricardo Dias da Costa (Coord.)
23. China Contra China: Atividade Aérea no Estreito da Formosa como Potencial Catalisador de um Conflito Alargado (Abril 2021)  
Coronel (Res) José Carlos Cardoso Mira
24. A Investigação em Ciências Militares – Projetos desenvolvidos em 2020 (Julho 2021)  
Coordenadores: Comodoro Ramalho Marreiros  
Capitão-tenente Lourenço Gorricha  
Professor Thomas Gasche  
Major Luís Félix

***Como citar esta publicação:***

Cruz, M. A. F. (Coord.) (2021). *As Relações UE-África*. IUM Atualidade, 25. Lisboa: Instituto Universitário Militar.

---

***Diretor***

Tenente-general José Augusto de Barros Ferreira

---

***Editor-chefe***

Comodoro João Paulo Ramalho Marreiros

---

***Coordenadora Editorial***

Tenente-coronel Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada

---

***Capa – Composição Gráfica***

Tenente-coronel Técnico de Informática Rui José da Silva Grilo

---

***Secretariado***

Primeiro-marinheiro Conductor Mecânico de Automóveis Rodolfo Miguel Hortência Pereira  
Assistente técnica Gisela Cristina da Rocha Basílio

---

***Propriedade e Edição***

Instituto Universitário Militar  
Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa  
Tel.: (+351) 213 002 100  
Fax: (+351) 213 002 162  
*E-mail:* [cidium@ium.pt](mailto:cidium@ium.pt)  
[www.ium.pt/cisdi/publicacoes](http://www.ium.pt/cisdi/publicacoes)

---

ISSN: 2183-2560

---

© Instituto Universitário Militar, julho, 2021

***Nota do Editor:***

O texto/conteúdo da presente publicação é da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

# AS RELAÇÕES PORTUGAL-ÁFRICA: RAZÕES DO PRESENTE PARA A EXISTÊNCIA DE UM FUTURO

**Sónia Ribeiro**

Professora Doutora no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa (IEP/UCP)  
Investigadora integrada do Centro de Investigação do Instituto de Estudos Políticos  
Universidade Católica Portuguesa  
Palma de Cima, 1649-023 Lisboa  
sribeiro@ucp.pt

## 1. Introdução

O tema proposto para esta intervenção é tão vasto como África em si mesma: as relações Portugal-África constituem uma realidade multifacetada e abrangente, podendo ser abordadas numa multiplicidade de perspetivas, pelo que se torna necessário delimitar o tema explicitando um foco que permita uma reflexão útil.

Naturalmente, no contexto da discussão das relações UE-África, as relações de Portugal com o continente africano são incontornáveis, sobretudo pela relevância estratégica que Portugal lhes atribui, transportando-a para o quadro europeu.

Nesta intervenção, procuramos ter uma abordagem integrada, com foco nessa relação que se construiu estratégica, mas que radica em realidades históricas e socioculturais que a aprofundam e acumulam de significados mais vastos, consolidando-a no tempo para lá - e, por vezes, apesar - das relações e opções político-diplomáticas que se tornam mais ou menos conjunturais na escala larga do horizonte temporal em que aquela relação se desenvolve.

Trata-se, portanto, de uma leitura que busca no muito longo prazo as razões estruturais e estruturantes de consolidação de uma realidade relacional quase imaterial, que produz concretizações específicas nas esferas económica e política, com evidente impacto nas opções estratégicas e na política externa dos estados envolvidos.

Adotamos assim uma abordagem interdisciplinar, que recolhe dados e informação das relações políticas bilaterais e multilaterais; das relações económicas e das relações sociais, históricas e culturais, para a aferição de uma leitura integrada que permita identificar aquelas linhas estruturantes, sem focar necessariamente as particularidades do quotidiano, e apenas recorrendo a este quando a relevância ou a respetiva capacidade clarificadora o justifique. Naturalmente também, esta é uma leitura pessoal, e por isso também, uma leitura a partir de Portugal, ainda que busque um olhar alargado e de conjunto.

O texto reflete inicialmente sobre a relação que a União Europeia – o espaço de enquadramento estratégico ‘imediato’ de Portugal (o seu ‘vetor de modernização’ (RIBEIRO, 2000)) - estabelece com África desde há várias décadas, identificando as linhas estruturais dessa relação em construção, que ganhou nova urgência a partir do início do século XXI, consubstanciada nomeadamente na formalização das cimeiras África-UE, processo no qual Portugal desempenhou um papel fundamental.

A especificidade que a relação entre Portugal e África continua a assumir na contemporaneidade, e sobretudo com os países de língua oficial portuguesa, é abordada de seguida, identificando os fatores que a diferenciam – e robustecem – substantivamente e que lhe são imanentes. A reflexão evolui para a identificação das condições de manutenção desta relação e



dos respetivos benefícios estratégicos mútuos, no quadro do sistema internacional em recomposição neste primeiro quartel do século XXI.

## 2. A UE e África: uma relação em evolução

Ao longo das últimas décadas, África tem vindo a ser reconhecida pela UE um espaço de interesse estratégico numa tripla dimensão política, económica e de desenvolvimento.

Se é certo que os países africanos e a UE cooperam há várias décadas no contexto, primeiro, das Convenções de Lomé I-IV e, depois, do Acordo de Cotonu<sup>1</sup>, esta relação tem vindo nas últimas duas décadas a evoluir, passando de um contexto centrado na cooperação para o desenvolvimento numa abordagem focada na assistência sob a forma de subvenções para uma abordagem onde os estados africanos se reconhecem «parceiros» da UE numa relação de compromisso e a responsabilidade mútuos onde o apoio ao desenvolvimento é complementado com outros instrumentos e fontes de financiamento.

Em complemento com o reforço do relacionamento bilateral com os países da África Subsariana, Portugal tem tido um papel ativo e significativo no aprofundamento das relações da UE com África, tendo sido por iniciativa de Portugal que se realizou a 1.ª Cimeira UE-África, no Cairo, em 2000, e se lançou uma nova etapa das relações entre os dois blocos regionais, privilegiando um relacionamento político e económico equilibrado, em detrimento da abordagem assistencialista predominante até então. De novo, em 2007, a Estratégia Conjunta UE-África, foi adotada em Lisboa, na 2.ª Cimeira UE-África, novamente durante a presidência portuguesa do Conselho da UE, estratégia esta que mantém hoje toda a sua atualidade, e continua a constituir o enquadramento de referência para o relacionamento entre a UE e os seus Estados-membros e o continente africano, sendo no âmbito desta Estratégia que se desenvolvem na atualidade as relações da UE com os países africanos.

Para além destes quadros, a UE adotou três estratégias regionais: a estratégia para o Corno de África<sup>2</sup>; para o Golfo da Guiné<sup>3</sup> e para o Sahel<sup>4</sup>.

Em 2017 a UE iniciou a implementação do Plano de Investimento Externo da União Europeia (PIEUE), que visa estimular o investimento em África e em países abrangidos pela política de vizinhança europeia. O Plano surgiu como resposta da União a um enquadramento estratégico marcado pela instabilidade que os conflitos em África e nos Países da Vizinhança da UE – agravados pela crise económica mundial – que resultou numa dificuldade acrescida para o financiamento de investimentos considerados urgentes – e pelo agravamento da crise migratória, com um número cada vez maior de migrantes em África e nos países vizinhos.

---

<sup>1</sup> Assinado em 2000, estabelece o quadro geral, definindo a base das relações da UE com os países de África (e também Caraíbas e Pacífico), abrangendo as relações da UE com 78 países, dos quais 48 países da África Subsariana

<sup>2</sup> Conclusões do Conselho sobre o Corno de África, 14 de novembro de 2011, posteriormente atualizadas pelas Conclusões do Conselho sobre o Plano de Ação Regional da UE para o Corno de África 2015-2020, de 26 de outubro de 2015, e de novo, as Conclusões do Conselho (10 de maio de 2021) - O Corno de África: uma prioridade geoestratégica para a UE

<sup>3</sup> COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. *EU Strategy on the Gulf of Guinea*, FOREIGN AFFAIRS Council meeting, Brussels, 17 March 2014

<sup>4</sup> Estratégia para o Desenvolvimento e a Segurança no Sahel (*Strategy for Security and Development in the Sahel*), março 2011, Disponível em: <https://eeas.europa.eu/headquarters/headquartershomepage/3947/strategy-security-and-development-sahel>, que permanece em desenvolvimento e aprofundamento (Cfr Estratégia integrada da União Europeia para o Sael - Conclusões do Conselho (16 de abril de 2021, disponível em <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-7723-2021-INIT/pt/pdf> )

No âmbito da Ação Externa, a UE coopera ainda com alguns países africanos nos respetivos processos de paz e segurança, seja com missões civis seja com missões militares, atuando como agente de apoio à estabilização e pacificação no continente africano.

### 3. África na política externa portuguesa da contemporaneidade

A relação entre Portugal e África é uma relação naturalmente subsidiária da história. É uma história com mais de 500 anos, com implicações políticas, estratégicas, económicas e sociais biunívocas, o que constitui, portanto, um fator fundamental na compreensão das relações formais e informais, a nível político e social entre os portugueses e os africanos, com especial enfoque nos países de língua oficial portuguesa.

As relações com a África Subsariana são, com efeito, um “fator estruturante da política externa portuguesa”<sup>5</sup> como o reconhece o próprio MNE, que sublinha que a prioridade deste relacionamento resulta também de um relacionamento intenso a nível político e económico com os países ‘lusófonos’ e outros países, e com múltiplas organizações multilaterais do continente africano.

Os fluxos comerciais com os países da África lusófona têm um peso relevante na balança comercial nacional<sup>6</sup> – como bloco regional, aliás, o continente africano é o segundo destino das exportações portuguesas logo após a UE – bem como nas dinâmicas de investimento, e há igualmente um número muito significativo de empresas nacionais com uma presença bem-sucedida em diversos países da África Subsariana, nos mais variados setores.

Portugal desenvolve igualmente uma cooperação para o desenvolvimento muito significativa em diversas áreas, com especial destaque para a saúde e a educação, mas também na área da segurança (numa perspetiva integrada que congrega áreas de soberania como a segurança interna, a justiça e a defesa), mormente nos países lusófonos em África<sup>7</sup>.

Para além do papel que tem desempenhado na aproximação e no desenvolvimento de uma relação mais forte e equilibrada entre a UE e África, como já referido, Portugal segue também com atenção e participa ativamente nas discussões sobre África no âmbito da ONU, ao nível da cooperação para o desenvolvimento e ao nível de discussões sobre países específicos e sobre temas transversais, como paz e segurança, e apoiando nos diversos *fora* internacionais, o desenvolvimento e reforço das capacidades africanas, bem como as dinâmicas de integração regional e continental.

A complexa e difícil situação vivida no Golfo da Guiné (um dos principais eixos do comércio marítimo internacional) há já vários anos é um foco de atenção de Portugal, que tem assumido um “reconhecido protagonismo neste debate, não só por ser um problema global de grande impacto, como pelo facto de a região abranger vários países com os quais Portugal mantém relações muito

---

<sup>5</sup> Portal diplomático, disponível em <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/temas-regionais/africa-subsariana>

<sup>6</sup> Em 2019, o comércio internacional nacional intra-UE representou à volta de ¾ do total (importações = 76,4%; exportações = 76,8%). Fora da UE, os PALOP representaram, para Portugal, 6% das importações (para um total de 23,6%) e 13,4% das exportações (de um total de 23,2%) (fonte de dados: INE, atualizados em 10 maio 2021 e consultados em 28 maio 2021. Tratamento de dados da autora)

<sup>7</sup> De acordo com o Instituto Camões, “a APD portuguesa apresenta uma regular e forte concentração geográfica nos PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste”, e em 2019 os 6 principais parceiros – Cabo Verde, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Angola e Timor-Leste – concentravam 61% do total de APD (Ajuda Pública ao Desenvolvimento). Cfr. <https://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/atuacao/reportamos/reportamos-2>

próximas”<sup>8</sup>. Portugal tem apoiado diversas iniciativas que procuram promover a apropriação e capacitação dos atores africanos, a todos os níveis, e está envolvido nomeadamente, neste contexto, em ações de promoção da segurança marítima<sup>9</sup>.

#### *Uma leitura dos eixos estruturantes de uma relação ímpar*

Ao pensar nesta relação; ao pensar “África” em português, é incontornável ter em conta que esta relação apresenta e assenta em alguns elementos que em conjunto a tornam de facto um caso ímpar nas relações internacionais, diferenciando-a de outros onde encontramos algumas destas características, mas não o *mix* que torna este um caso de estudo diferenciado.

Com efeito, como outros, tem como componente formal definidor uma língua comum externa – no caso, a Língua Portuguesa, adotada como língua oficial após as independências destes Estados.

O conjunto destes Estados tem um vetor político – a CPLP – que resulta da conjugação de vontade dos diferentes Estados Lusófonos para criarem e usarem um amplificador/potenciador/reforçador de poder à escala global, e que pode, aliás, ser muito mais valorizado pelos seus Estados-membros, nomeadamente no domínio económico e científico, ou de uso sustentável dos recursos marinhos, tirando, por exemplo, partido da enorme ZEE e dos mares territoriais dos seus Estados membros, tornando operativa a característica distintiva da CPLP de que todos os seus Estados são costeiros.

Um elemento geopolítico distintivo reside, nesse contexto, no facto de esta rede formada pelos países de língua oficial portuguesa oferecer uma cobertura espacial de territórios em 5 continentes e 4 oceanos [ou 6 e 5, respetivamente se considerarmos a estação brasileira na Antártida], uma rede suscetível de potenciação, se estruturada e organizada convenientemente. Mas esta relação é absolutamente distinta pelo componente antropológico em que assenta, e que resulta da construção/elaboração secular de uma matriz histórico-cultural que tem, sobretudo, um componente sociológico de base que é o sentimento popular de identidade e construção de um espaço sociológico alargado, internacional, que perpassa os anteriores e os potencia.

Olhando a partir de Portugal, África é um vetor estratégico nacional há mais de 500 anos, e continua a sê-lo. A atestá-lo está, por exemplo, a presença diplomática de Portugal em África, onde se encontram cerca de 24% das embaixadas – fazendo de África o segundo continente com maior representatividade na rede nacional de missões diplomáticas, a seguir à Europa. Portugal é ainda observador na União Africana (via Embaixada em Adis Abeba) e na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO/ECOWAS) (via Embaixada em Abuja). Mas também o confirma a presença de cidadãos portugueses no continente, como o atesta o facto de 19% dos Postos Consulares estarem em África, que é assim o 3º continente com maior representatividade, depois de Europa e Américas (aqui, natural e unicamente por via do Brasil).

#### **4. A evolução recente**

A realidade da relação entre Portugal e África – e especialmente os países que mantêm o português como língua oficial – alterou-se ao longo dos séculos e no início do último quartel do

---

<sup>8</sup> Portal diplomático, citado

<sup>9</sup> A título de exemplo refiram-se as ações citadas em COUNCIL OF THE EU (2020). JOINT STAFF WORKING DOCUMENT Gulf of Guinea Action Plan 2015-2020: Fourth Implementation Report, Brussels, 20 February 2020 (OR. En; 6183/20)

século passado sofreu uma alteração estrutural que mudou definitivamente o quadro dessa relação, mas não a eliminou.

Essa alteração fundamental assentou nomeadamente no processo de independência dos Estados africanos em geral – e daqueles que anteriormente eram colónias portuguesas em particular; no desenvolvimento de vontades de afirmação internacional enquanto unidade continental – de que é exemplo o pan-africanismo, que daria origem à Organização de Unidade Africana, depois União Africana, embora se trate de desenvolvimentos com relativamente pouca densidade estratégica no quadro do sistema de relações internacionais global até à data – pelo menos quando comparado com outras experiências com base similar como a da UE ou a ASEAN, por exemplo; e no lento – e muitas vezes doloroso – despertar dos novos Estados independentes para os desafios da construção do Estado, fatores estes que determinaram o quadro de possibilidades do desenvolvimento das relações de África com o mundo, e naturalmente também com Portugal.

Por outro lado, Portugal ele próprio sofreu alterações profundas ao longo de todo o século XX, com a implantação da República e os anos que se lhe seguiram; o regime liderado por Salazar exacerbando o conceito da indivisibilidade do território nacional entendido na sua pluricontinentalidade; e depois a revolução de 1974 a marcar ruturas fundamentais na sua política face a África e aos países que têm o português como língua oficial.

Focando apenas esta última, a necessidade de manutenção de relacionamentos privilegiados com as ex-colónias através da cooperação foi sentida logo após as independências, e o enquadramento institucional da cooperação portuguesa foi estabelecido no seguimento do 25 de Abril de 1974. No entanto, nos primeiros anos de democracia em Portugal esta não passou de uma boa intenção, sem concretização prática – de ambos os lados: Portugal, a braços com uma crise múltipla (política, económica e social) na esteira do 25 de abril e da crise internacional; os países africanos de língua portuguesa mergulhados em conflitos internos e em busca de uma nova narrativa de Estado e de sociedade na qual se pudessem rever e afirmar como entidade independente.

O caminho de ‘normalização’ ou ‘regresso’ a uma relação mais próxima foi-se fazendo, no entanto, com maior expressividade ao longo das duas últimas décadas, com momentos de maior ou menor tensão ou aproximação que não colocaram nunca em causa a manutenção desses laços que se perpetuam.

Se as relações político-diplomáticas têm conhecido momentos de tensão acrescida com alguns países (com Angola mais mediático<sup>10</sup>, mas não exclusivo), é certo que a APD de Portugal tem África como destinatário prioritário, apesar de o seu valor absoluto ter vindo a decrescer nos

---

<sup>10</sup> Vejam-se por exemplo os casos registados em 2012-14 a propósito das investigações efetuadas pelo Ministério Público português que envolviam figuras da elite angolana ligadas ao poder; e, de novo, em 2018, a tensão gerada no decurso da ‘Operação Fizz’ (entre outros, veja-se TVI24, “Portugal-Angola: «É impossível não haver uma linha de tensão»” de 21 março 2013 e disponível em <https://tvi24.iol.pt/politica/luis-amado/portugal-angola-e-impossivel-nao-haver-uma-linha-de-tensao>, consultado em 23 janeiro 2021; Angola-Portugal: Após tempestade, a bonança, publicado em Angola DW em 18.10.2016, disponível em <https://www.dw.com/pt-002/angola-portugal-apos-tempestade-a-bonanca/a-36075486> e acedido em 23 janeiro 2021; Filipe, C., “Manual de instruções para perceber a tensão entre Angola e Portugal”, publicado pelo Jornal de Negócios em 16 outubro 2013, disponível em [https://www.jornaldenegocios.pt/economia/mundo/africa/angola/detalhe/manual\\_de\\_instrucoes\\_para\\_perceber\\_a\\_tensao\\_entre\\_angola\\_e\\_portugal](https://www.jornaldenegocios.pt/economia/mundo/africa/angola/detalhe/manual_de_instrucoes_para_perceber_a_tensao_entre_angola_e_portugal) e acedido em 23 janeiro 2021; ou Baldaia e Reis, “Angola e Portugal são como as famílias e, às vezes, há tensões”, publicado no DN em 08 Janeiro 2017, disponível em <https://www.dn.pt/portugal/entrevista/angola-e-portugal-sao-como-as-familias-e-as-vezes-ha-tensoes-5592895.html> e acedido em 23 janeiro 2021.

últimos anos (naturalmente em função também das condições económicas de Portugal). Por outro lado, o único país africano entre os 10 maiores parceiros comerciais de Portugal era, em 2019, Angola, em nono lugar, mas à sua frente encontravam-se apenas os países da UE com maior relação comercial com Portugal, o Reino Unido e os EUA.

## 5. Um espaço de referência e reconhecimento de si

Portugal continua a ser um espaço de referência para muitos cidadãos africanos. Mas África, e em especial a África lusófona, é também esse espaço de reconhecimento de si dos portugueses que mantêm uma relação - tantas vezes sem nunca ali se deslocarem fisicamente - de uma proximidade quase inexplicável não fora a matriz cultural e a memória histórica desse outro nós que conosco permanece.

Mas este espaço de ligação concretiza-se e aprofunda-se no dia a dia da vivência das sociedades no dois (nos cinco) continentes. Desde logo como espaço de negócio - deixando de lado a APD, muito mais expressivo é o investimento privado cruzado entre Portugal e os países africanos que falam português. A imbricação entre as economias e as duplas nacionalidades cruzadas são disso prova, embora compliquem também o exercício de determinar as 'nacionalidades' do investimento. Com efeito, os indicadores estatísticos existentes não conseguem traduzir a dimensão exata de uma realidade intensa que quem trabalha em e com África - e com os países africanos da CPLP - conhece bem. É necessário ter um conhecimento muito aprofundado das diferentes economias e das relações que se estabelecem entre elas, sabendo que muitas vezes os fatores determinantes residem em relações sociais e familiares e não necessariamente em racionais económico-financeiros puros.

Portugal continua a ser um espaço de referência para muitos cidadãos africanos também como país de emigração (o segundo grande grupo de imigrantes extra-UE - a seguir à América Latina/Brasil - é constituído pelos cidadãos de diferentes países africanos, onde os cabo-verdianos são os mais representados), como país de recurso para serviços ao cidadão (nomeadamente de saúde) e, mesmo, como país de segunda nacionalidade (embora com algum decréscimo nos últimos 5 anos, o continente africano tem-se mantido como origem de cerca de 30% da população que adquire nacionalidade portuguesa<sup>14</sup>).

Esta realidade concreta verifica-se porque este espaço de relação - a que chamamos espaço da Lusofonia - é acima de tudo, mais do que uma criação político-estratégica, a herança vivida e mantida de uma consciência sócio-cultural coletiva e multinacional multiseccular, isto é, ela existe porque, para além da Política, das políticas e da economia, os portugueses têm com os africanos uma relação identitária próxima (mais próxima até do que com a maioria dos próprios europeus) e os povos dos países africanos reconhecem em Portugal uma forma de se relacionar com África que é distinta.

Pelas suas características e realidade político-económica, pela forma como a sociedade se vê na relação com os povos africanos, esta relação constitui-se como um operador de convergência histórico-cultural entre os países africanos e Portugal, i.e., um operador da articulação dos interesses e da soberania de cada um em função do interesse conjunto, que permitem a Portugal ocupar um espaço de influência - de *softpower* - em África que é perfeitamente desajustado à

---

<sup>14</sup> Dados: INE, População estrangeira que adquiriu nacionalidade portuguesa (N.º); Anual - INE, Aquisição e atribuição da nacionalidade Portuguesa, última atualização em 14 de outubro de 2020.

realidade da sua dimensão e do seu papel no Sistema Internacional, seja em termos político-estratégicos seja em termos económicos<sup>12</sup>.

Portugal goza de facto de um *good will* junto dos países africanos invejável. E sendo África – a Lusofonia em geral – um vetor estratégico fundamental da sua geopolítica, deve concentrar os seus esforços político-diplomáticos, a sua inteligência (desde logo na construção de soluções de parceria em geometrias variáveis), os recursos económicos que pode mobilizar para a APD e sobretudo apoiando o investimento privado nestes países, como meio de manter esta presença e relação privilegiada, tirando daí dividendos político-estratégicos desproporcionadamente maiores do que o investimento que é capaz de fazer nesses países.

## **6. As bases de uma relação biunívoca para o futuro**

Naturalmente, esta relação não é unívoca. Os benefícios são mútuos e só com a construção de uma relação entre iguais se poderão maximizar benefícios para as diferentes partes.

Para que esta relação se fortaleça e mantenha como impulsionadora de geração de riqueza e desenvolvimento social e cultural, deve assentar em cinco bases essenciais<sup>13</sup>: a assunção de Portugal como vetor de modernização das economias africanas; a criação e o fortalecimento de mercados locais; o estabelecimento dos mecanismos conducentes à criação de um progresso endógeno de acumulação de capital (sem os quais não há desenvolvimento económico); o lançamento de processos de desenvolvimento empresarial; e a preparação dessas economias para a sua inserção na economia global. Este racional deve presidir à ação e às parcerias com estes países, paralelamente ao auxílio tradicional, permitindo assim o desenvolvimento e crescimento destes países como parceiros, o que será naturalmente vantajoso para ambas as partes.

No contexto dos novos desafios globais, nos quais se insere também a nova estratégia de crescimento europeia, muito assente na transição ecológica e no objetivo da neutralidade carbónica em 2050, estes países, sobretudo os que são produtores de petróleo e gás (e sobretudo os que têm uma excessiva dependência destes setores e com fraco desempenho privado na economia), vão confrontar-se com dificuldades acrescidas. É expectável que as condições de investimento europeu em África sejam cada vez mais determinadas e limitadas por esta estratégia europeia, e existirá aí uma oportunidade para que as condições de desenvolvimento dos países africanos sejam reforçadas, como defendeu recentemente o Alto Representante da União Africana para as Parcerias com a Europa, o guineense Carlos Lopes<sup>14</sup>. Portugal tem demonstrado eficácia nessa transição e está na linha da frente europeia em matéria de renováveis. A cooperação entre Portugal e os outros países da CPLP afigura-se assim, no futuro próximo, ainda mais evidente, necessária e vantajosa para todos.

---

<sup>12</sup> Para uma noção da realidade bastará compararmos o investimento – público e privado – que Portugal faz nos países africanos em termos absolutos com o de outros países.

<sup>13</sup> Lopes, E. R. (2005). *Nos 30 anos das Independências, 30 teses sobre a Lusofonia*. (Assembleia da República, 23 de novembro). Lisboa: Publicações Círculo de Reflexão Lusófona; pp. 6-12.

<sup>14</sup> Fórum UE-África: "África já é verde, só precisa de ser mais verde", DW, 23.04.2021, disponível em <https://www.dw.com/pt-002/f%C3%B3rum-ue-%C3%A1frica-%C3%A1frica-j%C3%A1-%C3%A9-verde-s%C3%B3-precisa-de-ser-mais-verde/a-57318496>

## Referências bibliográficas

- Angola DW (2016, 18 de outubro). Angola-Portugal: Após tempestade, a bonança. Retirado de <https://www.dw.com/pt-002/angola-portugal-apos-tempestade-a-bonanca/a-36075486>.
- Baldaia & Reis (2017, 08 de janeiro). Angola e Portugal são como as famílias e, às vezes, há tensões. *Diário de Notícias* (DN). Retirado de <https://www.dn.pt/portugal/entrevista/angola-e-portugal-sao-como-as-familias-e-as-vezes-ha-tensoes-5592895.html>.
- Council of the European Union (2022, 14 November). Council conclusions on the Horn of Africa. 3124th Foreign Affairs Council meeting Brussels. Retirado de [https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_data/docs/pressdata/EN/foraff/126052.pdf](https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/126052.pdf)
- Council of the European Union (2014, 17 March). EU Strategy on the Gulf of Guinea. Foreign Affairs Council meeting, Brussels, 17 March 2014. Retirado de [https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_data/docs/pressdata/EN/foraff/141582.pdf](https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/141582.pdf)
- Filipe, C. (2013, 16 outubro). Manual de instruções para perceber a tensão entre Angola e Portugal”. *Jornal de Negócios* (JN). Retirado de [https://www.jornaldenegocios.pt/economia/mundo/africa/angola/detalhe/manual\\_de\\_instrucoes\\_para\\_perceber\\_a\\_tensao\\_entre\\_angola\\_e\\_portugal](https://www.jornaldenegocios.pt/economia/mundo/africa/angola/detalhe/manual_de_instrucoes_para_perceber_a_tensao_entre_angola_e_portugal).
- DW (2021, 23 de abril). Fórum UE-África: "África já é verde, só precisa de ser mais verde". Retirado de <https://www.dw.com/pt-002/f%C3%B3rum-ue-%C3%A1frica-%C3%A1frica-j%C3%A1-%C3%A9-verde-s%C3%B3-precisa-de-ser-mais-verde/a-57318496>.
- General Secretariat of the Council (2015, 26 October). Council Conclusions on the EU Horn of Africa Regional Action Plan 2015-2020, 13363/15. Retirado de <https://www.consilium.europa.eu/media/24468/st13363-en15.pdf>.
- Instituto Nacional de Estatística (INE) (s.d). População estrangeira que adquiriu nacionalidade portuguesa (N.º) – INE. Aquisição e atribuição da nacionalidade portuguesa, Base de Dados INE. Retirado de <http://www.ine.pt>.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) (s.d.). A Rede Diplomática em Números - Portal Diplomático. Retirado de <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt>
- Rodrigues, E. L. (2005). Nos 30 anos das Independências, 30 teses sobre a Lusofonia. Assembleia da República. Lisboa: Publicações Círculo de Reflexão Lusófona; 6-12.
- Secretariado-geral do Conselho (2021, 10 de maio). O Corno de África: uma prioridade geoestratégica para a UE - Conclusões do Conselho 8135/21. Retirado de <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-8135-2021-INIT/pt/pdf>
- TVI24 (2013, 21 março). Portugal-Angola: «É impossível não haver uma linha de tensão». Retirado de <https://tvi24.iol.pt/politica/luis-amado/portugal-angola-e-impossivel-nao-haver-uma-linha-de-tensao>